



**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA  
PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**

***Clipping  
Projetos de Lei de  
Interesse do  
SINGREH***

***Versão 1  
28.06.2005***



**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA  
PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**

***PLS 19/2005***



Senado Federal

Atividade Le

**SF PLS 00019 / 2005 de 22/02/2005 - Complementar**

Selecionar para

acompanhamento

[<<< voltar](#)

**Textos disponíveis** [Texto completo](#)  
[Legislação citada](#)

**Autor** SENADOR - Rodolpho Tourinho

**Ementa** Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica.

**Indexação** ALTERAÇÃO, LEI COMPLEMENTAR, DISPOSITIVOS, FIXAÇÃO, PROIBIÇÃO, RESTRIÇÃO, LIMITAÇÃO, CONTINGENCIAMENTO, DESPESAS, DESTINAÇÃO, CUMPRIMENTO, OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL, PAGAMENTO, SERVIÇO DA DÍVIDA, ROYALTIES, EXPLORAÇÃO, PETRÓLEO, GÁS NATURAL, RECURSOS HÍDRICOS, RECEITA PRÓPRIA, MULTAS, AGÊNCIA REGULADORA, (ANEEL), (ANATEL), (ANP), EMPRÉSTIMO, FINANCIAMENTO, ORGANISMO INTERNACIONAL.

**Despacho inicial** (SF) CAS - Comissão de Assuntos Sociais

**Relatores** CAE - Osmar Dias

**Prazos** 24/02/2005 - Recebimento de emendas perante (Art. 122, II, "c", do RISF)  
02/03/2005 as Comissões (CAE)

**Tramitações** [Inverter ordenação de tramitações \(Data Descendente\)](#)

**PLS 00019 / 2005****22/02/2005** PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 07 (sete) folhas numeradas e rubricadas. À CAE.

**22/02/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura. Ao Pleg, com destino à CAE.

Retificado em 30/03/2005 no DSF Página(s): 6788 ( [Ver diário](#) )Publicação em 23/02/2005 no DSF Página(s): 1849 - 1851 ( [Ver diário](#) )**23/02/2005** CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Aguardando designação de relator.

**15/03/2005** CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

O Presidente da Comissão, Senador Luiz Otávio, designa o Senador Osmar Dias relator da matéria.

**07/04/2005** CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Devolvido pelo Relator, Senador OSMAR DIAS, com minuta de relatório pela aprovação do Projeto. Cópia anexada ao processado. A matéria encontra-se pronta para a pauta.

**Fonte:** Secretaria-Geral da Mesa

Dúvidas, reclamações e informações: [SSINF - Subsecretaria de Informações](#)  
(311-3325, 311-3572)





## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2005 (Complementar)

*Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica.*

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** O § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º** .....  
.....

§ 2º É vedado o contingenciamento ou qualquer outra forma de limitação das despesas que:

I – correspondam a obrigações constitucionais e legais do ente da Federação, inclusive aquelas:

a) destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

b) ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias;

c) destinadas, na forma da lei, ao pagamento de *royalties* aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, relativos à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva do respectivo ente da Federação, ou à compensação financeira por essa exploração, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 20 da Constituição Federal;

II – tenham como fonte de custeio:

a) receitas de multas e outras receitas próprias das agências reguladoras das atividades econômicas de geração de energia elétrica, prestação de serviços de telecomunicações, exploração de petróleo e utilização de recursos hídricos;

b) empréstimos ou financiamentos obtidos junto a organismos multilaterais. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo vedar o contingenciamento de despesas que tenham como fonte de custeio:

a) o pagamento de *royalties* aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, na forma da lei, a título de participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos no território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva do ente da Federação, ou de compensação financeira por essa exploração, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 20 da Constituição Federal;

b) receitas de multas e outras receitas próprias de agências reguladoras das atividades econômicas de geração de energia elétrica, prestação de serviços de telecomunicações, exploração de petróleo e utilização de recursos hídricos;

c) empréstimos ou financiamentos obtidos junto a organismos multilaterais.

O contingenciamento constitui a limitação orçamentária e financeira de verbas públicas, operacionalizada por meio de decreto, em que se impõem limites globais para o conjunto de projetos e operações especiais a cargo de cada órgão ou unidade orçamentária, cabendo a seu responsável selecionar os programas e ações a serem atingidos.

A fixação da despesa pela lei orçamentária constitui norma de ordem pública, que tem como pressuposto o seu cumprimento por parte da Administração Pública. A regra é a execução integral da despesa, podendo, excepcionalmente, seus limites ser restringidos por força de eventos imprevisíveis e supervenientes, conforme preceituado na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que *estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências* (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências* (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O contingenciamento tem seu rito próprio regulado no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 15 da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Segundo o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o contingenciamento deve ser precedido da observação de pelo menos um bimestre na arrecadação das receitas, devendo as alterações das metas fiscais ser precedidas de modificação do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Embora o orçamento não tenha caráter impositivo, a margem de discricionariedade da Administração Pública vem sendo gradualmente reduzida com o aumento da participação das despesas obrigatórias e a prática do contingenciamento. Tem-se observado que ações não previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias vêm merecendo tratamento privilegiado sob a forma de *Programações com Gerenciamento Intensivo*.

Ao eleger *Programações com Gerenciamento Intensivo*, determinando sua precedência na execução orçamentária, o contingenciamento cria nova categoria de prioridade, dentre o rol constante do Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sem que o Poder Legislativo participe do processo. A regulamentação promovida reduz, assim, a eficácia da lei orçamentária como instrumento definidor das despesas públicas, além de neutralizar a orientação contida no § 2º do art. 165 da Constituição, segundo o qual as prioridades do gasto público devem ser fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

À vista das considerações acima espero contar com o apoio de meus pares do Congresso Nacional para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

**Senador RODOLPHO TOURINHO**

**Texto integral de Proposições**[◀◀ voltar](#)**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

**"Art. 20.** São bens da União:

**I - .....**

**§ 1º** É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

**"Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

**I - .....**

**§ 2º** A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

**Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Meta Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais ou legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem

limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

### **Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

.....

Art. 15. A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2004, a aprovação e a execução da respectiva lei deverão levar em conta a obtenção de superávit primário em percentual do Produto Interno Bruto - PIB, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante do Anexo III desta Lei.

1º Na elaboração, aprovação e execução dos orçamentos poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para o Programa de Despesas Globais de que trata o art. 10, inciso VI, desta Lei.

§ 2º Para fins da realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de até três dias antes da referida audiência, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas adotadas.

---

**Fonte:** Secretaria-Geral da Mesa

Dúvidas, reclamações e informações: [SSINF - Subsecretaria de Informações](#)  
(311-3325, 311-3572)



**Texto integral de Proposições**[◀◀ voltar](#)**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

**"Art. 20.** São bens da União:

**I - .....**

**§ 1º** É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

**"Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

**I - .....**

**§ 2º** A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

**Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Meta Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais ou legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem

limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

### **Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**

.....

Art. 15. A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2004, a aprovação e a execução da respectiva lei deverão levar em conta a obtenção de superávit primário em percentual do Produto Interno Bruto - PIB, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante do Anexo III desta Lei.

1º Na elaboração, aprovação e execução dos orçamentos poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para o Programa de Despesas Globais de que trata o art. 10, inciso VI, desta Lei.

§ 2º Para fins da realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de até três dias antes da referida audiência, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas adotadas.

---

**Fonte:** Secretaria-Geral da Mesa

Dúvidas, reclamações e informações: [SSINF - Subsecretaria de Informações](#)  
(311-3325, 311-3572)





**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA  
PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**

***PLS 304/2003***



Senado Federal

Atividade Le

**SF PLS 00304 / 2003 de 31/07/2003 - Complementar**

Selecionar para

acompanhamento

[<<< voltar](#)**Autor** SENADOR - José Jorge**Ementa** Acrescenta parágrafo ao artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das agências reguladoras.**Despacho inicial** (SF) CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
(SF) CAE - Comissão de Assuntos Econômicos**Relatores** CCJ - Rodolpho Tourinho**Tramitações** [Inverter ordenação de tramitações \(Data Descendente\)](#)**PLS 00304 / 2003****31/07/2003** PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 6 (seis) folhas numeradas e rubricadas. Às CCJ e CAE.

**31/07/2003** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos. Ao PLEG com destino à CCJ e CAE.

Publicação em 01/08/2003 no DSF Página(s): 20868 - 20870 ( [Ver diário](#) )**01/08/2003** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

**22/08/2003** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Distribuído ao Senador Rodolpho Tourinho , para emitir relatório. ( Art. 84, § 2º, III do RISF)

**03/09/2003** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Anexei, às fls 7 e 8, a Emenda nº 1, de autoria do Senador Demóstenes Torres e da Senadora Lúcia Vânia. Encaminhado ao Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho para emitir relatório.

**30/10/2003** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Recebido o relatório do Senador Rodolpho Tourinho, com voto pela aprovação do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

**Fonte:** Secretaria-Geral da MesaDúvidas, reclamações e informações: [SSINF - Subsecretaria de Informações](#)  
(311-3325, 311-3572)

É o parecer **SubCensura**.

Salvador, 19 de novembro de 1996. – **Nádia Maria Silva de Sena**, Chefe do serviço de outorgas advogada OAB 10557

Ao Sr. Delegado.

Salvador, 20 de novembro de 1996. – **Paulo José Borba da Trindade**, Chefe da divisão das comunicações.

De acordo.

Salvador, 20 de novembro de 1996. – **Roberto Loyola monte da silva**, Delegado do MC/BA

*(À comissão de Educação – Decisão Terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 404 a 423, de 2003**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março último, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "b", combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

**Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das agências reguladoras.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo, renumerando os parágrafos seguintes:

"Art. 9º .....

.....  
§ 3º Não serão objeto de limitação as despesas das agências reguladoras destinadas ao exercício das atividades que lhes são conferidas por suas respectivas leis de criação. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

As agências reguladoras foram criadas, mediante leis específicas, em decorrência da política de reestruturação do Estado, direcionada para ampliar a participação do capital privado nos investimentos em infra-estrutura e estabelecer marcos regulatórios. Trata-se de autarquias sob regime especial, encarregadas do exercício do poder regulador e fiscalizador sobre as concessões e permissões de serviços públicos, exercitando o poder inicialmente conferido ao Poder Público.

Tais agências são vinculadas a ministérios pertinentes, a exemplo da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), vinculada ao Ministério das Comunicações.

Apesar da vinculação ministerial, a natureza das agências reguladoras é de entidade autônoma, integrante da Administração Pública Federal. Essa concepção está presente nas leis de criação das agências reguladoras, a exemplo da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que criou a ANATEL, que dispõe nos seus arts. 8º e 9º:

Art. 8º .....

.....  
§ 2º A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

Art. 9º A Agência atuará como autoridade administrativa independente, assegurando-se-lhe, nos termos desta lei, as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência.

Não obstante a clara intenção do legislador, de conferir independência administrativa e autonomia financeira às agências reguladoras, elas têm sido sujeitas a contingenciamento de recursos orçamentários.

A limitação orçamentária e financeira é realizada por órgão orçamentário (ministério), que abrange várias unidades orçamentárias, dentre as quais as agências reguladoras. Fica a critério de cada Ministro a escolha das ações que receberão recursos para serem realizadas. Dessa forma, a independência e a autonomia das agências ficam comprometidas, já que o contingenciamento pode eventualmente ser utilizado como forma de pressão por parte do Poder Executivo.

De fato, ao examinarmos os dados da execução orçamentária, até o dia 13 de junho do exercício de 2003, verificamos a magnitude do contingenciamento. Dos R\$1.416 milhões fixados na lei orçamentária para a ANP, apenas R\$89 milhões (6,3%) foram gastos. Dos R\$636 milhões do orçamento da ANATEL, apenas R\$67 milhões (10,5%) foram gastos. Já dos R\$202 milhões do orçamento da ANEEL, apenas R\$30 milhões (14,9%) foram executados.

Cabe lembrar que os recursos financeiros das agências reguladoras são provenientes da cobrança de taxas dos consumidores e são destinados a suas atividades de órgão regulador. O contingenciamento desses recursos significa o comprometimento de sua capacidade de oferecer serviços e cumprir suas finalidades legais, podendo mesmo vir a ser responsabilizadas legalmente pelos consumidores dos serviços públicos. Ademais, a legislação veda a utilização dos seus recursos para outros fins, mesmo que tais recursos venham a ser objeto de contingenciamento.

O cumprimento da missão institucional das agências reguladoras pressupõe independência administrativa e autonomia financeira. Para garantir isso, é necessário alterar o art. 90 da LRF, que trata da limitação de empenho e movimentação financeira, no sentido de vedar permanentemente a limitação das despesas dessas entidades destinadas ao exercício das atividades que lhes são conferidas por suas respectivas leis de criação.

Portanto, fica evidenciada a importância do projeto ora apresentado, motivo pelo qual espero contar com o apoio e a cuidadosa análise dos nobres pares.

Sala das Sessões, 31 de julho de 2003. — **José Jorge**.

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

### **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

## SEÇÃO IV

### **Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas**

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no **caput**, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

**Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO II

**Do Órgão Regulador e das Políticas Setoriais**

TÍTULO I

**Da Criação do Órgão Regulador**

Art. 8º Fica criada a Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais.

§ 1º A Agência terá como órgão máximo o Conselho Diretor, devendo contar, também, com um Conselho Consultivo, uma Procuradoria, uma Corregedoria, uma Biblioteca e uma Ouvidoria, além das unidades especializadas incumbidas de diferentes funções.

§ 2º A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

Art. 9º A Agência atuará como autoridade administrativa independente, assegurando-se-lhe, nos termos desta Lei, as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência.

*(Às Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 151/03-GLPPS

Brasília, 30 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Solicito de Vossa Excelência, na forma regimental, as providências necessárias no sentido de indicar o nome da Senadora Patrícia Saboya Gomes, na condição de suplente e o Senador Mozarildo Cavalcanti, na condição de titular, para a composição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa.

Atenciosamente, – **Mozarildo Cavalcanti**, Líder do Partido Popular Socialista no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/II/Nº 664

Brasília 30 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Marcelino Fraga passa a participar, na qualidade de Titular, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa o Sr. Deputado **Marcelino Fraga**, como titular, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Aviso de nº 25, de 2003** (nº 1.551/2003, na ori-



## Projeto de Lei do Senado nº 304 de 31/07/2003 - Complementar

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa - Subsecretaria de Arquivo - Data: 03 de setembro de 2003

*Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA sobre o Projeto de Lei nº 304, de 2003 – Complementar, que acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das agências reguladoras.*

RELATOR: Senador **RODOLPHO TOURINHO**

### I – RELATÓRIO

Conforme determinam as normas do Regimento Interno, vem ao exame desta Comissão o anexo Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2003 – Complementar, que tem por escopo acrescentar parágrafo ao art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das agências reguladoras.

A regra que se pretende inscrever no direito positivo legislado prevê que *não serão objeto de limitação as despesas das agências reguladoras destinadas ao exercício das atividades que lhes são conferidas por suas respectivas leis de criação*.

Pondera o nobre Senador JOSÉ JORGE, autor da proposição, que “não obstante a clara intenção do legislador, de conferir independência administrativa e autonomia financeira às agências reguladoras, elas têm sido sujeitas a contingenciamento de recursos orçamentários”.

Sobre tal bloqueio de dotações orçamentárias, esclarece ainda o digno autor, ao justificar os termos de sua iniciativa, o seguinte:

A limitação orçamentária e financeira é realizada por órgão orçamentário ministerial, que abrange várias unidades orçamentárias, dentre as quais as agências reguladoras. Fica a critério de cada Ministro a escolha das ações que receberão recursos para serem realizadas. Dessa forma, a independência e a autonomia das agências ficam comprometidas, já que o contingenciamento pode eventualmente ser utilizado como forma de pressão por parte do Poder Executivo.

De fato, ao examinarmos os dados da execução orçamentária, até o dia 13 de junho de 2003, verificamos a magnitude do contingenciamento. Dos R\$ 1.46 milhões fixados na lei orçamentária para a ANP, apenas R\$ 89 milhões (6,3%) foram gastos. Dos R\$ 636 milhões do orçamento da ANATEL, apenas R\$ 67 milhões (10,5%) foram gastos. Já dos R\$ 202 milhões do orçamento da ANEEL, apenas R\$ 30 milhões (14,9%) foram executados.

### II – ANÁLISE

As agências reguladoras constituem criaturas jurídicas recentes em nosso cenário administrativo. A Constituição Federal consigna o embrião dessas entidades ao prever no inciso XI do art. 21 a **criação de um órgão regulador** das concessões dos serviços de telecomunicações e o inciso III do § 2º do art. 177, ao dispor sobre a superveniência de lei que estabelecesse a **estrutura e atribuições do órgão regulador** da indústria do petróleo.

Em razão desses preceitos constitucionais, foram sendo baixadas leis sobre a criação dessas agências, tendo sempre a característica fundamental de sua natureza jurídica: autarquias em regime especial, com independência administrativa e autonomia financeira.

O professor Marçal Justen Filho, em seu livro *O direito das agências reguladoras independentes* (Dialética, 2002, pág. 391), assevera:

É evidente que não existirá agência independente quando os atos por ela praticados estiverem subordinados à ratificação ou revisão de outra autoridade administrativa.

Ainda que a expressão “autarquia especial” comporte inúmeros significados, um núcleo fundamental consiste na ausência de submissão da entidade, no exercício de suas competências, à interferência de outros entes administrativos. A produção dos atos de competência da autarquia não depende da aprovação prévia ou posterior da Administração direta, tal como não se verifica uma competência de revisão desses atos.

No mesmo sentido, o professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto, em seu *Direito Regulatório* (Renovar, 2003, pág. 165), preleciona:

Quanto à *independência*, necessária para que se garanta o exercício *politicamente neutro* exigido pela função de regulação, deve ser entendida com um conteúdo restrito a quatro aspectos: a independência dos gestores, a técnica, a normativa e a gerencial, orçamentária e financeira.

a) A *independência política dos gestores*, a ser garantida pela nomeação de agentes administrativos para o exercício de *mandatos a termo*, provendo-lhes estabilidade em seus cargos, necessária para que executem, sem ingerência do Executivo, a política regulatória estabelecida pelo Legislativo para o setor.

b) A *independência técnica dos gestores*, a ser garantida para que possam desempenhar suas funções com decisões politicamente neutras, com predomínio dos subsídios técnicos e da negociação.

c) A *independência normativa*, que assegura o emprego da *regulação* como principal instrumento de ação setorial.

d) A *independência geral, financeira e orçamentária*, completando o quadro das garantias de atuação autônoma dessas entidades, afastando a ingerência da Administração Direta em sua gestão introversa.

Ora, outorgar independência administrativa e autonomia financeira e, ao depois, impedir ou dificultar o fluxo de recursos financeiros para que a entidade possa bem cumprir as suas atribuições, tem o mesmo significado de tornar letra morta toda a legislação que lhe embasa a independência administrativa e a autonomia financeira, seus verdadeiros e vitais elementos de uma gestão proficiente.

Ademais, a própria Lei que se pretende alterar já prevê hipótese semelhante à que se quer estatuir, ao consignar que *não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias*.

### III – VOTO

Do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, o parecer é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2003, tal como nele se contém.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA  
PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**

***PEC 421/2005***

## Consulta Tramitação das Proposições

**Proposição:** PEC-421/2005 


**Autor:** Elimar Máximo Damasceno - PRONA /SP 

**Data de Apresentação:** 27/06/2005

**Apreciação:** .

**Regime de tramitação:** .

**Ementa:** Altera os arts. 76, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e provê recursos para a infra-estrutura de recursos hídricos.

**Legislação Citada** 

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
27/6/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição pelo Deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP). 

**Nova Pesquisa**

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

(Do **Dep. Elimar Máximo Damasceno** e do **Dep. Dr. Enéas**)

Altera os arts. 76, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e provê recursos para a infra-estrutura de recursos hídricos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a ter o seguinte texto o art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

“Art. 85. A contribuição a que se refere o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sem prejuízo de sua incidência sobre as operações atualmente sujeitas à referida contribuição, incidirá, a partir do trigésimo dia da data de publicação desta Emenda Constitucional, nos lançamentos:

I - em contas correntes de depósito especialmente abertas e utilizadas para operações de:

- a) câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001;
- b) companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997;
- c) sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro;

II - em contas correntes de depósito, relativos a:

- a) operações de compra e venda de ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;
- b) contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros;

III - em contas de investidores estrangeiros, relativos a entradas no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, em operações e contratos referidos no inciso II deste artigo.”

Art. 2º São modificados os incisos I, II e III do § 2º do Art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a ele acrescentado o inciso IV, ficando o parágrafo com a seguinte redação:

“§ 2º Do produto da arrecadação da contribuição social de que trata este artigo será destinada a parcela correspondente à alíquota de:

I – treze centésimos por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde;

II – seis centésimos por cento ao custeio da previdência social;

III - cinco centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

IV – seis centésimos por cento a investimentos federais destinados ao abastecimento de água potável, saneamento básico e preservação de recursos hídricos, assim distribuídos:

a) 80% (oitenta por cento) para obras de infra-estrutura de abastecimento de água potável e de sistemas de esgotos nas cidades brasileiras e, em especial, nas regiões metropolitanas;

b) – 20% (vinte por cento) para a capacitação e para a reestruturação de quadros técnicos, bem como à melhora de sua remuneração, empregados e por empregar:

1) nas obras a que se refere o inciso IV;

2) na realização de estudos e análises referentes às fontes de fornecimento de água potável;

3) na capacitação de técnicos necessários ao cumprimento da tarefa prevista na alínea anterior;”

Art. 3º O § 3º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

§ 3º A alíquota da contribuição de que trata este artigo será de:

“I – trinta centésimos por cento, até o exercício de 2010.”

Art. 4º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76 É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2005 a 2009, oito por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, a e b; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, c, da Constituição.

§ 2º três por cento do arrecadado por meio da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição social sobre o Lucro Líquido (CSLL) serão destinados a investimentos para:

I - conservação e recuperação de recursos hídricos;

II – abastecimento de água potável às cidades;

III – prevenção da contaminação e tratamento das águas;

IV – construção de redes de esgoto, tratamento e afastamento de dejetos conduzidos por essas redes.

§ 3º Será constituído fundo, administrado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, com dotação de cinquenta por cento dos recursos obtidos em conformidade com o § 2º, destinados ao financiamento de municípios que se comprometam a investir

nas finalidades descritas nos incisos desse parágrafo.

§ 4º Nos empréstimos decorrentes da aplicação do disposto no § 3º serão obedecidas as seguintes regras:

I – prazos de amortização e de pagamento de juros não inferiores a dez anos, subsequentes a dois anos de carência;

II – taxas de juros não superiores a cinquenta por cento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Art. 5º Acrescente-se ao art. 23 da Constituição o seguinte § 2º, transformando-se seu parágrafo único em § 1º:

§ 2º A validade das concessões e autorizações para a exploração de recursos hídricos, nos casos de águas pertencentes aos Estados ou aos Municípios, dependerá de concessão e de autorização conjunta da União e do ente federativo envolvido.

## JUSTIFICATIVA

A proposta tem, por primeira meta, alterar no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o seu artigo 85. Este atualmente isenta diversas operações do mercado financeiro da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza Financeira (CPMF).

Ora, a principal razão de existência da CPMF, inclusive invocada para fundamentar a sua criação, foi a de se constituir em importante elemento de cruzamento de dados para auxiliar o sistema de fiscalização da Receita Federal. O objetivo da CPMF é, portanto, desempenhar papel estratégico na arrecadação de outros impostos evadidos ou sonegados, o que permitiria aliviar a carga dos contribuintes que vivem da produção e do trabalho e até mesmo viabilizar redução da alíquota da própria contribuição. Poderia também colaborar para o rastreamento das operações de lavagem de dinheiro e outras eventualmente relacionadas com os tráficos ilícitos.

Ora, todas vantagens para o País decorrentes da criação da CPMF foram atiradas por terra pela presente disposição do artigo 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Com efeito, este exime da contribuição as operações financeiras mais suscetíveis de corresponder às preocupações que originaram a instituição da CPMF.

Entre as transações favorecidas pela isenção a ser eliminada estão as relativas aos “contratos referenciados em ações ou índices de ações, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros” (inciso II do artigo a ser suprimido).

Trata-se das operações de derivativos, as mais especulativas de todo o mercado financeiro, cujo débito acumulado atingiu no Mundo cifras da ordem de centenas de trilhões de dólares. Não cabe tampouco continuar privilegiando fiscalmente as operações de entradas de capital estrangeiro especulativo aplicadas nessas transações, nem as remessas desses recursos e dos respectivos rendimentos, beneficiadas pelo inciso III.

Embora menos inadmissíveis, em princípio, do que essas, as isenções decorrentes do inciso I não encontram apoio nos princípios de justiça fiscal nem de favorecimento a uma política econômica saudável.

As injustificáveis isenções que se almeja revogar por meio desta PEC foram instituídas pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002 e mantidas pela Emenda Constitucional 42 de 19 de dezembro de 2003.

A aprovação desta PEC implicará reduzir a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza Financeira (CPMF). Essa provisão poderá ser o início de uma série de que o País muito necessita para aliviar a insuportável carga tributária, próxima a 40% do PIB, a qual onera a classe média, direta ou indiretamente, em cerca de 60% dos rendimentos brutos. Dado tratar-se de agregado que inclui tributos incidentes sobre bens e serviços, além dos juros pagos pelo setor privado, inclusive pessoas físicas, o PIB corresponde a somente 70% do produto real bruto. De tal sorte, os assalariados e outras pessoas classificadas como classe média estão pagando tributos equivalentes a mais de 80% do produto real bruto.

A voracidade fiscal que se vem praticando não tem servido ao País, mesmo porque o Tesouro Nacional mantém altíssimos saldos em seus depósitos no Banco Central, que deixa de utilizar, em detrimento das finanças nacionais, pois assume dívida caríssima, exacerbada pelas taxas reais de juros mais altas de todo o Planeta.

Ademais de aliviar em 21% a carga tributária imposta pela CPMF, nossa proposta de Emenda à Constituição destina um percentual da receita da contribuição aos investimentos nos recursos hídricos. Nessas condições, haverá quedas de 35%, 40% e 37,5%, respectivamente, nos percentuais referentes aos incisos I a III do § 2º do art. 84 do ADCT.

Entretanto, não haverá diminuição das verbas sociais contempladas, uma vez que se obterão novas receitas da CPMF em função de se suprimir a isenção que vem sendo concedida às operações financeiras indevidamente favorecidas.

De qualquer forma, cabe ao Congresso, por ocasião da proposta orçamentária do Executivo, assegurar que não haja perda em despesas como saúde, previdência e atenuação da pobreza. Ao contrário, elas devem ser substancialmente aumentadas, para o que a União conta com recursos mais do que suficientes. Basta reorientar a atual política econômica, incompreensível à luz dos interesses do País. Nesse sentido, outro ponto contido em nossa PEC trata de assegurar que um percentual bem menor que o atual seja desvinculado das receitas das contribuições sociais.

Às três finalidades sociais colimadas no dispositivo que criou a CPMF, nossa proposta adiciona uma quarta, de altíssima prioridade do ponto de vista da qualidade de vida e do futuro econômico do País: a preservação dos recursos hídricos e sua utilização no abastecimento de água potável aos centros urbanos nacionais.

Essa meta, conforme as disposições contidas nesta PEC, envolve não só os necessários investimentos em represamento de águas, dutos de provimento de água e de saneamento, bem como as demais obras de infra-estrutura, mas também a formação e o emprego de quadros técnicos habilitados à realização dessas obras e à manutenção de padrões sanitários adequados.

Com efeito, as precárias condições de trabalho e salariais da maioria desses técnicos têm feito muitos deles deixarem os quadros dos órgãos controladores da qualidade da água. Com isso, não estão se está verificando, com a precisão nem com a regularidade

necessárias, se as águas destinadas ao consumo da população atendem os requisitos sanitários mínimos.

Tal é a importância para o Povo brasileiro de se reverter o processo de deterioração dos recursos hídricos nacionais, que propusemos inserir, no § 2º do art. 76 do ADCT, a destinação de 3% da receita de duas importantes contribuições sociais à tarefa de reverter esse processo. A magnitude do objetivo indica, com efeito, não serem suficientes os recursos provenientes dos seis centésimos por cento das transações financeiras, arrecadados por meio da CPMF.

Para viabilizar essa alocação de verbas, propomos também modificar o *caput* do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de reduzir a 8% o percentual da indefensável desvinculação das receitas da União, que vem fazendo desviar 20% (se não mais, ilegalmente) das receitas, em detrimento dos fins previstos nas contribuições sociais.

Não há, com efeito, necessidade alguma de se continuar a desviar a arrecadação das contribuições sociais para o pagamento de juros da dívida pública, cujas taxas devem ser substancialmente reduzidas.

Com o determinado no *caput*, ou seja, desvincular tão somente 8%, e, não mais, 20%, daquelas contribuições e de outros tributos definidos no art. 76 do ADCT, aumentará em 9 (nove) pontos percentuais o montante das verbas aplicáveis na Seguridade Social e demais finalidades para as quais as contribuições foram criadas.

A modificação por nós propugnada envolve, ademais, que a metade dos 3% da arrecadação da COFINS e da CSLL, consagrados a aumentar o suprimento e a melhorar a qualidade da água, forme um fundo constituído para financiar os municípios, mediante empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

Essa proposta visa a atender à salutar demanda que se tem verificado em todo o País: os municípios demonstram interesse em prover água em melhores condições às suas populações, mesmo porque se trata de atividade das mais rentáveis, que, além dos benefícios sociais que trará, possibilitará apreciável aumento das receitas locais.

Entretanto, os municípios pouco têm recorrido ao crédito para esse fim, por causa das onerosas condições com que a política econômica em curso manietou os empreendimentos, impondo taxas de juros insuportáveis e impedindo as instituições oficiais de crédito de oferecer taxas e condições de pagamento razoáveis para os investimentos necessários ao progresso e ao desenvolvimento.

Nossa proposta de emenda à Constituição inclui, ademais, novo parágrafo no art. 23 da Constituição, cujo *caput* reza:

“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - ....

.....

X – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.”

O parágrafo proposto tem o seguinte texto:

“§ 2º - A validade das concessões e autorizações para a exploração de recursos

*hídricos, nos casos de águas pertencentes aos Estados ou aos Municípios, dependerá de concessão e de autorização conjunta da União e do ente federativo envolvido.”*

Por meio dessa disposição, de resto, consentânea com o *caput* do art. 23 da CF, dirime-se qualquer dúvida sobre a necessidade de as concessões ou autorizações demandarem a participação da União, mesmo em se tratando de águas pertencentes a outros entes federativos, como é o caso dos Estados nos termos da Constituição. De fato esta dispõe:

“Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

*I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;*

*II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;*

*III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;*

*IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.”*

Justifica-se a inserção do novo parágrafo no art. 23, dada a necessidade de assegurar-se controle mais efetivo na outorga de concessões e autorizações para o uso de recursos hídricos, em face dos abusos praticados por algumas empresas concessionárias, cuja exploração têm feito esgotar mananciais insubstituíveis. Um dos muitos casos graves, exemplificativos dessa situação, é o do Parque das Águas em São Lourenço, no Estado de Minas Gerais, entregue à transnacional suíça Nestlé. Conforme apontado por diversas entidades e estudiosos não só brasileiros, mas até mesmo do país-sede dessa transnacional, estão ocorrendo irreparáveis danos econômicos e ambientais na referida região.

A disposição constitucional ora sugerida é complementada por projeto de lei de nossa autoria, no qual propomos o encurtamento dos prazos das concessões, a fim de que essas só possam ser renovadas, se verificado o atendimento às normas ambientais vigentes.

Sala das Sessões, de junho de 2005

**Dep. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO PRONA/SP**

**e Dep. Dr. ENÉAS PRONA/SP**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

---

**TÍTULO III  
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

---

**CAPÍTULO II  
DA UNIÃO**

---

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

- IX - educação, cultura, ensino e desporto;
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matéria processual;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

### CAPÍTULO III DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

\* § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.

§ 3º Compete às Assembléias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

### TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

#### CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

---

### **Seção III**

#### **Dos Impostos da União**

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I - importação de produtos estrangeiros;
- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV - produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI - propriedade territorial rural;
- VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

*\* Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

*\* § 4º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

*\* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

*\* Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

*\* Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do caput deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

---

## Seção VI

### Da Repartição das Receitas Tributárias

.....

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

*\* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

*\* Inciso III com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 30/06/2004.*

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza

pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos art. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

*\* § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:

*\* § único, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;

*\* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

II - ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.

*\* Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

## ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

*\* Artigo, caput com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 1º O disposto no caput deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, a e b; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, c, da Constituição.

*\* § 1º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o caput deste artigo a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o art. 212, § 5º, da Constituição.

*\* § 2º acrescido pela Emenda Constitucional nº 27, de 21/03/2000.*

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

I - no caso da União:

a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;

b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto - PIB;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º

*\* Artigo caput e incisos acrescidos pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento.

*\* § 1º acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei.

*\* § 2º acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal.

*\* § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.

*\* § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

Art. 80. Compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza:

I - a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo;

III - o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição;

IV - dotações orçamentárias;

V - doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

VI - outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo.

§ 1º Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

§ 2º A arrecadação decorrente do disposto no inciso I deste artigo, no período compreendido entre 18 de junho de 2000 e o início da vigência da lei complementar a que se refere o art. 79, será integralmente repassada ao Fundo, preservado o seu valor real, em títulos públicos federais, progressivamente resgatáveis após 18 de junho de 2002, na forma da lei.

*\* Artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000.*

Art. 81. É instituído Fundo constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da Administração Pública, ou de participação societária remanescente após a alienação, cujos rendimentos, gerados a partir de 18 de junho de 2002, reverterão ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

§ 1º Caso o montante anual previsto nos rendimentos transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma deste artigo, não alcance o valor de quatro bilhões de reais, far-se-á complementação na forma do art. 80, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, o Poder Executivo poderá destinar ao Fundo a que se refere este artigo outras receitas decorrentes da alienação de bens da União.

§ 3º A constituição do Fundo a que se refere o caput, a transferência de recursos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e as demais disposições referentes ao § 1º deste artigo

serão disciplinadas em lei, não se aplicando o disposto no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição.

*\* § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000.*

.....

Art. 84. A contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, prevista nos arts. 74, 75 e 80, I, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será cobrada até 31 de dezembro de 2004.

*\* Artigo, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no caput deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

*\* § 1º acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

§ 2º Do produto da arrecadação da contribuição social de que trata este artigo será destinada a parcela correspondente à alíquota de:

*\* § 2º caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

I - vinte centésimos por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde;

*\* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

II - dez centésimos por cento ao custeio da previdência social;

*\* Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

III - oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

*\* Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

§ 3º A alíquota da contribuição de que trata este artigo será de:

*\* § 3º, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

I - trinta e oito centésimos por cento, nos exercícios financeiros de 2002 e 2003;

*\* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003).

Art. 85. A contribuição a que se refere o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não incidirá, a partir do trigésimo dia da data de publicação desta Emenda Constitucional, nos lançamentos:

*\* Artigo, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

I - em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de:

*\* Inciso I, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

a) câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001;

*\* Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

b) companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997;

*\* Alínea b acrescida pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

c) sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro;

*\* Alínea c acrescida pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

II - em contas correntes de depósito, relativos a:

*\* Inciso II, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

a) operações de compra e venda de ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;

*\* Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

b) contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros;

*\* Alínea b acrescida pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

III - em contas de investidores estrangeiros, relativos a entradas no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, exclusivamente, em operações e contratos referidos no inciso II deste artigo.

*\* Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

§ 1º O Poder Executivo disciplinará o disposto neste artigo no prazo de trinta dias da

data de publicação desta Emenda Constitucional.

*\* § 1º acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

§ 2º O disposto no inciso I deste artigo aplica-se somente às operações relacionadas em ato do Poder Executivo, dentre aquelas que constituam o objeto social das referidas entidades.

*\* § 2º acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

§ 3º O disposto no inciso II deste artigo aplica-se somente a operações e contratos efetuados por intermédio de instituições financeiras, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de mercadorias.

*\* § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.*

## LEI Nº 10.214, DE 27 DE MARÇO DE 2001

Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, e dá outras providências.

Art. 2º O sistema de pagamentos brasileiro de que trata esta Lei compreende as entidades, os sistemas e os procedimentos relacionados com a transferência de fundos e de outros ativos financeiros, ou com o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas.

Parágrafo único. Integram o sistema de pagamentos brasileiro, além do serviço de compensação de cheques e outros papéis, os seguintes sistemas, na forma de autorização concedida às respectivas câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, em suas áreas de competência:

I - de compensação e liquidação de ordens eletrônicas de débito e de crédito;

II - de transferência de fundos e de outros ativos financeiros;

III - de compensação e de liquidação de operações com títulos e valores mobiliários;

IV - de compensação e de liquidação de operações realizadas em bolsas de mercadorias e de futuros; e

V - outros, inclusive envolvendo operações com derivativos financeiros, cujas câmaras ou prestadores de serviços tenham sido autorizados na forma deste artigo.

Art. 3º É admitida a compensação multilateral de obrigações no âmbito de uma mesma câmara ou prestador de serviços de compensação e de liquidação.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, define-se compensação multilateral de obrigações o procedimento destinado à apuração da soma dos resultados bilaterais devedores e credores de cada participante em relação aos demais.

## LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997

Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, Institui a Alienação fiduciária de coisa

Imóvel e dá outras providências.

## CAPÍTULO I DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

### Seção I Da Finalidade

Art. 1º O Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI tem por finalidade promover o financiamento imobiliário em geral, segundo condições compatíveis com as da formação dos fundos respectivos.

### Seção II Das Entidades

Art. 2º Poderão operar no SFI as caixas econômicas, os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos com carteira de crédito imobiliário, as sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimo, as companhias hipotecárias e, a critério do Conselho Monetário Nacional - CMN, outras entidades.

Art. 3º As companhias securitizadoras de créditos imobiliários, instituições não financeiras constituídas sob a forma de sociedade por ações, terão por finalidade a aquisição e securitização desses créditos e a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com as suas atividades.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional - CMN poderá fixar condições para o funcionamento das companhias de que trata este artigo.

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37

Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4, renumerando-se os subsequentes:

"Art.100.....  
§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.  
....."(NR)

Art. 2º O § 3º do art. 156 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.156.....  
§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei

complementar:

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

.....  
III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

....."(NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 84, 85, 86, 87 e 88:

"Art. 84. A contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, prevista nos arts. 74, 75 e 80, I, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será cobrada até 31 de dezembro de 2004.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no caput deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Do produto da arrecadação da contribuição social de que trata este artigo será destinada a parcela correspondente à alíquota de:

I - vinte centésimos por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde;

II - dez centésimos por cento ao custeio da previdência social;

III - oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A alíquota da contribuição de que trata este artigo será de:

I - trinta e oito centésimos por cento, nos exercícios financeiros de 2002 e 2003;

II - oito centésimos por cento, no exercício financeiro de 2004, quando será integralmente destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 85. A contribuição a que se refere o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não incidirá, a partir do trigésimo dia da data de publicação desta Emenda Constitucional, nos lançamentos:

I - em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de:

a) câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001;

b) companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997;

c) sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro;

II - em contas correntes de depósito, relativos a:

a) operações de compra e venda de ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;

b) contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros;

III - em contas de investidores estrangeiros, relativos a entradas no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, exclusivamente, em operações e contratos referidos no inciso II deste artigo.

§ 1º O Poder Executivo disciplinará o disposto neste artigo no prazo de trinta dias da data de publicação desta Emenda Constitucional.

§ 2º O disposto no inciso I deste artigo aplica-se somente às operações relacionadas em ato do Poder Executivo, dentre aquelas que constituam o objeto social das referidas entidades.

§ 3º O disposto no inciso II deste artigo aplica-se somente a operações e contratos efetuados por intermédio de instituições financeiras, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores

mobiliários e sociedades corretoras de mercadorias.

Art. 86. Serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se lhes aplicando a regra de parcelamento estabelecida no caput do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter sido objeto de emissão de precatórios judiciais;

II - ter sido definidos como de pequeno valor pela lei de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - estar, total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação desta Emenda Constitucional.

§ 1º Os débitos a que se refere o caput deste artigo, ou os respectivos saldos, serão pagos na ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios, com precedência sobre os de maior valor.

§ 2º Os débitos a que se refere o caput deste artigo, se ainda não tiverem sido objeto de pagamento parcial, nos termos do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser pagos em duas parcelas anuais, se assim dispuser a lei.

§ 3º Observada a ordem cronológica de sua apresentação, os débitos de natureza alimentícia previstos neste artigo terão precedência para pagamento sobre todos os demais.

Art. 87. Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judicial, que tenham valor igual ou inferior a:

I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;

II - trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.

Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100.

Art. 88. Enquanto lei complementar não disciplinar o disposto nos incisos I e III do § 3º do art. 156 da Constituição Federal, o imposto a que se refere o inciso III do caput do mesmo artigo:

I - terá alíquota mínima de dois por cento, exceto para os serviços a que se referem os itens 32, 33 e 34 da Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968;

II - não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima estabelecida no inciso I."

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 12 de junho de 2002

## **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42**

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60

da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

- "Art. 37 .....  
XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.  
....." (NR)
- "Art.52 .....  
XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.  
....." (NR)
- "Art. 146 .....  
III - .....  
d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.  
Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:  
I - será opcional para o contribuinte;  
II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;  
III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;  
IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes." (NR)
- "Art. 146-A. Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo."
- "Art. 149 .....  
§ 2º .....  
II - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;  
....." (NR)
- "Art. 150.....  
III - .....  
c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;  
.....  
§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.  
....." (NR)
- "Art. 153 .....  
§ 3º .....  
IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do **caput**:

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

....." (NR)

"Art. 155....."

§ 2º .....

X - .....

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização." (NR)

"Art. 158 ....."

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

....." (NR)

"Art. 159 ....."

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso." (NR)

"Art. 167 ....."

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

....." (NR)

"Art. 170 ....."

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

....." (NR)

"Art. 195 ....."

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as

contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do **caput**, serão não-cumulativas.

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento."(NR)

"Art. 204 .....

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados."(NR)

"Art. 216 .....

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados." (NR)

Art. 2º Os artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, a e b; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, c, da Constituição.

....." (NR)

"Art.82.....

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição.

....." (NR)

"Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, II, e 82, § 2º."(NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

"Art. 90. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007.

§ 1º Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta

e oito centésimos por cento."

"Art. 91. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, a.

§ 1º Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.

§ 2º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

§ 3º Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o **caput**, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior."

"Art. 92. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

"Art. 93. A vigência do disposto no art. 159, III, e § 4º, iniciará somente após a edição da lei de que trata o referido inciso III."

"Art. 94. Os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cessarão a partir da entrada em vigor do regime previsto no art. 146, III, d, da Constituição."

Art. 4º Os adicionais criados pelos Estados e pelo Distrito Federal até a data da promulgação desta Emenda, naquilo em que estiverem em desacordo com o previsto nesta Emenda, na Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, ou na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, terão vigência, no máximo, até o prazo previsto no art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 5º O Poder Executivo, em até sessenta dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei, sob o regime de urgência constitucional, que disciplinará os benefícios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia da informação, que vigerão até 2019 nas condições que estiverem em vigor no ato da aprovação desta Emenda.

Art. 6º Fica revogado o inciso II do § 3º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Brasília, em 19 de dezembro de 2003



**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA  
PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**

***PL 4308/2004***

## Consulta Tramitação das Proposições

**Proposição:** PL-4308/2004 

**Autor:** Senado Federal - Comissão Especial - "Rio São Francisco"

**Data de Apresentação:** 22/10/2004

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Prioridade

**Origem:** PLS-240/2002

**Situação:** CCJC: Aguardando Parecer.

**Ementa:** Altera a redação do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

**Indexação:** Alteração, lei federal, Política Nacional de Recursos Hídricos, destinação, recursos financeiros, cobrança, utilização, recursos hídricos, água, multa, aumento, aplicação de recursos, financiamento, estudo, programa, projeto, obra pública, Plano de Recursos Hídricos, bacia hidrográfica.

### Despacho:

28/10/2004 - Às Comissões de Minas e Energia; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

### Legislação Citada


### Pareceres, Votos e Redação Final

#### - CFT (FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO)

**PAR 1 CFT (Parecer de Comissão)** 


**PRL 1 CFT (Parecer do Relator) - Moreira Franco** 

#### - CME (MINAS E ENERGIA)

**PAR 1 CME (Parecer de Comissão)** 

**PRL 1 CME (Parecer do Relator) - José Janene** 





### Apensados

**PL 4288/2004** 

### Última Ação:

**16/5/2005** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator, Dep. André de Paula (PFL-PE)

**Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.**

Andamento:	
22/10/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Projeto de Lei pelo Senado Federal - Comissão Especial - "Rio São Francisco" 
28/10/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Às Comissões de Minas e Energia; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) 
28/10/2004	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 29/10/2004 PÁG 46596 COL 02. 
29/10/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a este o PL-4288/2004. 
3/11/2004	<b>Comissão de Minas e Energia (CME)</b> Recebimento pela CME, com a proposição PL-4288/2004 apensada.
10/11/2004	<b>Comissão de Minas e Energia (CME)</b> Designado Relator, Dep. José Janene (PP-PR)

16/12/2004	<b>Comissão de Minas e Energia (CME)</b> Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. José Janene 
16/12/2004	<b>Comissão de Minas e Energia (CME)</b> Parecer do Relator, Dep. José Janene (PP-PR), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4288/2004, apensado. 
23/2/2005	<b>Comissão de Minas e Energia (CME)</b> Aprovado por Unanimidade o Parecer
24/2/2005	<b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> Recebimento pela CFT, com a proposição PL-4288/2004 apensada.
9/3/2005	<b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> Designado Relator, Dep. Moreira Franco (PMDB-RJ)
12/4/2005	<b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Moreira Franco 
12/4/2005	<b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> Devolvido ao Relator, Dep. Moreira Franco (PMDB-RJ)
14/4/2005	<b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Moreira Franco 
14/4/2005	<b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> Parecer do relator, Dep. Moreira Franco, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL 4288/04, apensado. 
4/5/2005	<b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> Aprovado por Unanimidade o Parecer
5/5/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Recebimento pela CCJC, com a proposição PL-4288/2004 apensada.
16/5/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. André de Paula (PFL-PE)

**Nova Pesquisa**

Altera a redação do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** O art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos que forem estabelecidos na forma do inciso VI do art. 38 e com as multas decorrentes da inobservância às disposições desta Lei deverão, sem prejuízo da legislação em vigor, ser aplicados integralmente na bacia hidrográfica em que foram gerados, e serão utilizados:

I – no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos no Plano de Recursos Hídricos da bacia;

II – no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades vinculados à bacia, integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do total arrecadado.

§ 2º Os valores referidos no **caput** deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em                      de outubro de 2004

Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

acf/pls02-240

**LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997**

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, Cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Regulamenta o Inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que Modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

---

**TÍTULO I**  
**DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

---

---

**CAPÍTULO IV**  
**DOS INSTRUMENTOS**

---

---

**Seção IV**  
**Da Cobrança do Uso de Recursos Hídricos**

---

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

I - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2º Os valores previstos no caput deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

§ 3º (VETADO)

Art. 23. (VETADO)

---

---

**TÍTULO II**  
**DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS**

---

---

**CAPÍTULO III**  
**DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA**

---

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

VII - (VETADO)

VIII - (VETADO)

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Parágrafo único. Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

Art. 39. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

I - da União;

II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.

§ 2º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteira e transfronteira de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos representantes:

I - da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União;

II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

§ 4º A participação da União nos Comitês de Bacia Hidrográfica com área de atuação restrita a bacias de rios sob domínio estadual, dar-se-á na forma estabelecida nos respectivos regimentos.

.....  
.....

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### PROJETO DE LEI Nº 4.308, DE 2004

Altera a redação do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado José Janene

## I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame originou-se no Senado Federal e objetiva alterar o *caput* e os incisos I e II do artigo 22 da Lei 9.433, de 1997, para tornar compulsória a aplicação integral dos recursos arrecadados pelo uso dos recursos hídricos na bacia de onde se originaram.

A proposição foi apresentada no Senado pela comissão especial daquela Casa destinada a acompanhar o projeto de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Em sua justificação, a referida comissão reconheceu a importância do princípio do usuário pagador, adotado pela Lei 9.433, que induz a padrões sustentáveis de utilização dos recursos hídricos.

Entretanto, avaliou que a possibilidade de que recursos financeiros gerados em uma bacia sejam aplicados em outras pode produzir sacrifícios injustificáveis para aquelas que, mesmo dotadas de grande capacidade de arrecadação, possuam, em contrapartida, elevados custos de recuperação e manutenção de seus recursos hídricos.

A citada Comissão considerou que essa distorção certamente provocará resistências à implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, componente vital do respectivo sistema de gerenciamento.

A matéria, tendo sido aprovada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, foi encaminhada à Câmara dos Deputados.

Foi apensado à proposição o Projeto de Lei nº 4.288, de 2004, de autoria do ilustre Deputado Celso Russomanno. A proposta altera o *caput* do artigo 22 da Lei 9.433, de 2004, tornando obrigatório, em vez de prioritário, que os valores cobrados pelo uso dos recursos hídricos sejam aplicados na mesma bacia em que forem arrecadados.

Esta Comissão é a primeira a apreciar matéria na Câmara dos Deputados, sendo que não foram apresentadas emendas no decorrer do prazo regimental.

## II - VOTO DO RELATOR

Atualmente a Lei 9.433, de 1997, prevê que os recursos derivados do uso dos recursos hídricos serão apenas prioritariamente aplicados na bacia de que são provenientes. Portanto, não há impedimento para que ocorram transferências de recursos financeiros de uma bacia para outra.

Entretanto, o princípio do usuário pagador, introduzido pelo referido diploma, objetiva internalizar o consumo de recursos hídricos ou sua poluição na estrutura de custos daqueles que derem causa à perturbação, de modo a incentivar o uso sustentável e a recuperação desses recursos naturais.

Dessa forma, para que aplicação desse moderno princípio obtenha o máximo alcance, é preciso que os recursos arrecadados sejam de fato investidos na bacia onde os usuários provocam intervenções. De outra maneira, estaremos desvirtuando o mecanismo adotado e prejudicando a sua eficácia. Isso porque exatamente nesses locais onde ocorrem interferências é que serão necessárias medidas como recuperação de mananciais e saneamento de corpos d'água.

Sendo assim, julgamos oportuno o teor da matéria em apreciação. No mesmo sentido, consideramos meritória a proposição em apenso, que, todavia, parece-nos prejudicada.

Pelo exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.308, de 2004, e pela rejeição do PL nº 4.288, de 2004.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2004.

Deputado **José Janene**  
Relator

2004\_13901\_José Janene\_233

**PROJETO DE LEI nº 4.308, de 2004**

***Altera a redação do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.***

**Autor: Senado Federal**

**Relator: Deputado MOREIRA FRANCO**

**Apenso: PL nº 4.288, de 2004.**

**1. RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 4.308, de 2004, oriundo do Senado Federal, resultou dos trabalhos realizados pela Comissão Especial destinada ao acompanhamento do projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia.

Tem por objetivo específico a alteração no *caput* do art. 22, e incisos I e II, da Lei nº 9.433, de 1997, para tornar obrigatória a aplicação integral dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e com a aplicação das multas previstas em lei na bacia hidrográfica em que foram gerados.

A mudança pretendida pelo Projeto de Lei decorre do entendimento de que a atual incerteza na distribuição dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos gera, eventualmente, sacrifícios para bacias que, não obstante dotadas de grande potencial arrecadador, devam arcar com elevados custos de recuperação e manutenção da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos, dificultando a própria efetivação da referida cobrança.

Foi apensado à referida Proposição o Projeto de Lei nº 4.288, de 2004, de autoria do ilustre Deputado Celso Russomanno, que altera o *caput* do artigo 22 da Lei nº 9.433, de 2004, para tornar obrigatória, invés de prioritária, a aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica em que foram gerados.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Minas e Energia, que opinou pela aprovação do PL nº 4.308/2004, e pela rejeição do PL 4.288/2004, apensado.

**2. VOTO DO RELATOR**

Compete a esta Comissão apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, art. 53,



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2004**

(Do Sr. Celso Russomanno)

Dá nova redação ao *caput* do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que “institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados obrigatoriamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:*

*I - .....” (NR)*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Governo Federal, por meio da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1998, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, definindo critérios de outorga de direito de uso das águas. Com a aprovação dessa Lei, passa a existir um diploma disciplinador para o uso racional dos recursos hídricos.

A política instituída pela Lei nº 9.433, apesar de trazer grandes benefícios ao País, pode ser aperfeiçoada. O art. 22 dessa Lei, ao estabelecer que “os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados **prioritariamente** na bacia hidrográfica em que foram gerados e ...”, (grifo nosso) pode trazer grandes prejuízos aos geradores de receita.

A palavra **prioritariamente**, expressa no *caput* do art. 22, permite que o Governo Federal possa aplicar esses valores arrecadados onde bem lhe convier. Esse fato traz grande desalento ao gerador primário de receita.

Para sanar essa falta e aprimorar a Lei nº 9.433, a expressão **prioritariamente** do *caput* do art. 22 deve ser substituída pela expressão **obrigatoriamente**, pois nada mais justo que a bacia hidrográfica geradora dos recursos também seja a recebedora. Essa alteração permitirá que os recursos captados sejam aplicados em benefício dos próprios moradores da região da bacia hidrográfica.

Assim, pedimos aos Colegas desta Casa que apóiem o Projeto de Lei ora proposto, visto que ele torna justa a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e traz um grande estímulo aos gerenciadores desses recursos e aos consumidores da região.

Sala das Sessões, em

de 2004.

Deputado Celso Russomanno

2004\_11161\_Celso Russomanno



Câmara dos Deputados

## PL 4.288/2004

**Autor:** Celso Russomanno

**Data da  
Apresentação:** 20/10/2004

**Ementa:** Dá nova redação ao caput do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que "institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989".

**Forma de  
Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário


**Texto  
Despacho:** Apense-se a(o) PL-4308/2004.

**Regime de  
tramitação:** Prioridade

**Em** 28/10/2004

## Consulta Tramitação das Proposições

---


**Proposição:** PL-4288/2004 

**Autor:** Celso Russomanno - PP /SP 

**Data de Apresentação:** 20/10/2004

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Prioridade

**Apensado(a) ao(a):** PL-4308/2004 

**Situação:** CCJC: Tramitando em Conjunto.


**Ementa:** Dá nova redação ao caput do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que "institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989".

**Explicação da Ementa:** Estabelecendo que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão obrigatoriamente aplicados na bacia hidrográfica em que são gerados e utilizados.


**Indexação:** Alteração, lei federal, Política Nacional de Recursos Hídricos, obrigatoriedade, aplicação de recursos, recursos financeiros, cobrança, utilização, recursos hídricos, água, destinação, arrecadação, bacia hidrográfica, origem, sistema de geração, utilização.

**Despacho:**




29/10/2004 - Apense-se a(o) PL-4308/2004.

**Legislação Citada** 

**Última Ação:**

**29/10/2004** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se a(o) PL-4308/2004. 

**Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.**

Andamento:	
20/10/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Celso Russomanno (PP-SP). 
29/10/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a(o) PL-4308/2004. 
3/11/2004	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 04/11/2004 PÁG 46785 COL 02. 

**Nova Pesquisa**

---